

EDITORIAL

O Centro de Estudos da Imaginária Brasileira irá comemorar o seu décimo aniversário no dia 29 de outubro, às 10 horas da manhã, no auditório da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, situada na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Na ocasião, o professor Dr. José Manuel Tedim, da Universidade Portucalense do Porto, em Portugal, fará uma palestra, que será seguida do lançamento do terceiro número da revista do Ceib, *Imagem Brasileira*.

Esse terceiro número recebeu a aprovação da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet, e será publicada com o patrocínio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e intermediação da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

Começaram também os preparativos para o planejamento e organização do **V CONGRESSO DO CEIB** que será realizado em Vitória, capital do Espírito Santo, juntamente com o **II Congresso do Sirec - Simpósio Internacional sobre Representações Cristãs** - no Teatro Universitário da UFES de 24 a 27 de outubro de 2007. Gostaríamos de receber sugestões dos associados, sobre programa, conferencistas, visitas guiadas, tudo o que possa colaborar para o bom funcionamento do congresso.

A diretoria do Ceib está preocupada com a situação financeira da associação, pois muitos associados ainda não fizeram o pagamento da anuidade. Por esse motivo estamos enviando, juntamente com o número 34 do *Boletim do Ceib* uma segunda via do boleto, como lembrete. A contribuição de todos é muito importante para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Ceib.

A CRUZ E A RELIGIOSIDADE POPULAR NO BRASIL COLÔNIA

Meynardo Rocha de Carvalho*

Foto: Meynardo R. Carvalho



Cruz sobre a ponte do Rosário em São João del-Rei, Minas Gerais

Introdução

O processo de expansão portuguesa da Idade Moderna não se isenta do espírito de cruzada proposto pela Igreja nos séculos anteriores, que se pautava em alargar os territórios sob a égide de Cristo através de uma "guerra santa" traduzida na missão de salvação das almas.¹ O Portugal dos séculos XV e XVI, embora despontando para a Europa como um grande desbravador de mares e terras longínquas - o que o fazia deveras moderno-, era o mesmo que no campo ideológico conservava uma série de continuidades que o remetiam diretamente à Época Medieval.² Esse posicionamento vincula-se à não vivência da Reforma Protestante na Península Ibérica que, nem por isso, deixa de justificar um

recrudescimento religioso a partir da Contra-reforma a qual, em Portugal, direcionou suas ações muito mais para a reformulação das práticas católicas impregnadas de costumes populares, do que para o combate às novas religiões.³ Nesse sentido, utilizo o termo popular para determinar as práticas religiosas não instituídas pelo Concílio de Trento, mas comuns à vivência cotidiana.

Desse conflito, sobressaem duas especificidades fundamentais ao entendimento da religião portuguesa e a praticada em áreas sob a influência lusitana. Primeira: a continuidade do catolicismo tradicional e medieval vivenciado pelo povo. Segunda: o choque entre este primeiro e as propostas tridentinas que visavam dar aos católicos

Foto: Mevnardo R. Carvalho



Cruzeiro com símbolos da paixão de Cristo. Igreja do Rosário, Tiradentes, MG

praticantes ou aos seguidores em potencial, maior normatização para a religiosidade praticada, ou seja, a efetiva regulamentação da ação doutrinal de acordo com o Concílio de Trento. No entanto, o que se percebeu ao longo do processo colonizador foi o fortalecimento da "régia" religião católica,¹ não de acordo com as propostas renovadas mas, veiculada através de imensa participação leiga, propiciadora de uma devoção variada, caseira e ao mesmo tempo sociabilizante.

Importa ressaltar que a expressão religiosa, embora plena de medievalismos, não causou obstáculos intransponíveis à vivência política moderna mas, ao contrário, se adaptou e passou a funcionar como amparo justificador daquela proposta, que, através do padroado, "combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições católico-romanas em vastas regiões da África e no Brasil", conjugou-se numa união benéfica e indissolúvel entre a cruz e a coroa.⁵

Nesse sentido, a presença da cruz é elemento indispensável à missão do povo português que, auto-afirmando-se como "alferes da Fé",⁶ tomava-a como o principal objeto de devoção e vinculação com o sagrado. A cruz, símbolo "cuja presença é atestada em variados

contextos desde a mais alta Antigüidade: no Egito, na China, em Cnossos, Creta, onde se encontrou uma cruz de mármore do séc. XV a.C.",⁷ assumira, ao longo da História, uma gama de mobilidades e significados específicos, deixando sobressair, em todos eles, a relação com o sentido de orientação, no aspecto tanto espacial quanto temporal ou, ainda, no amplo sentido místico que fazia dela uma grande via de comunicação, "o cordão umbilical jamais cortado, do cosmo ligado ao centro original".⁸ Conseqüentemente, essa mobilidade em relação à cruz era constante e instaurou-se na nova terra através do ideal de "conquistar e libertar o gentio" presente já no primeiro documento oficial sobre o achamento do que viria ser o Brasil.⁹

Com a realização da "primeira missa" é o "cantar a cruz com a bandeira de Vossa Alteza", tomou-se posse da "nova terra descoberta" em nome do rei de Portugal e da Majestade Divina. Salienta-se, nesse ato, o compromisso entre os dois soberanos e o processo de sacralização do lugar que, a partir do advento da cruz, passaria à vivência de um novo tempo, recriado, consagrado. "Um novo nascimento", agora para a era cristã.¹⁰

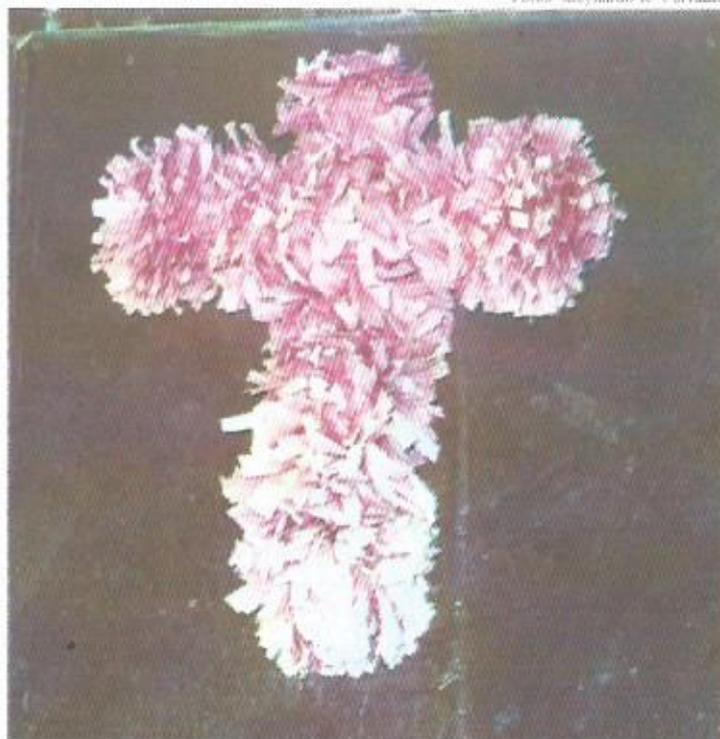
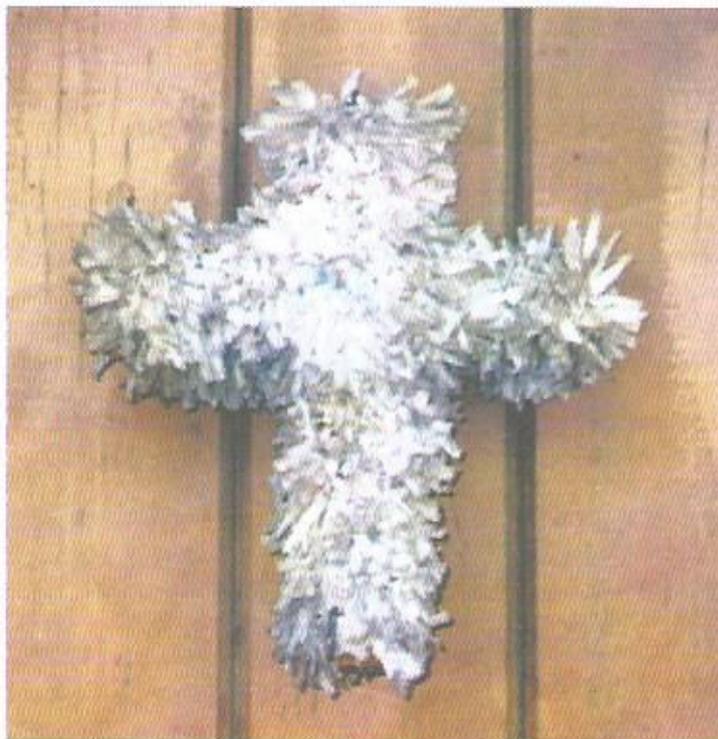
A colônia também é vinculada aos céus através do seu nome, elemento por excelência identificador, como também dos indivíduos, daqueles aos quais têm como

responsáveis. E, sendo os dois primeiros nomes formados pelos substantivos próprios "Santa" e "Vera Cruz", percebe-se mais uma vez a tentativa de orientação dos destinos da terra à glorificação ao nome do sagrado sobre ela. Porém, de acordo com o distanciamento dos padrões culturais propostos pelos portugueses e a realidade vivenciada nestas partes do globo, acreditou-se numa demonização destas plagas como reflexo das investidas demoníacas sobre a obra da catequese. Desta forma, a desvinculação do substantivo cruz ao nome da colônia significou uma ação ousada no processo de disputas pelo maior inimigo da cristandade, o diabo, demanda em que este vence uma primeira batalha, das muitas e quotidianas que seriam travadas, conforme fica claro no relato abaixo:

O dia em que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs o nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, recebendo perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos.¹¹

O pensamento do jesuíta baiano, Frei Vicente do Salvador, ilustra bem o ideário medieval¹² transplantado para o Brasil e que se manifestaria de forma mais apurada no sentimento e na visão barroca de mundo,¹³ nos quais a terra seria um campo de batalha entre o bem e o mal (Deus versus Diabo), uma briga por áreas de influências que ia do simples chão da Terra brazilis ao complexo território da individualidade dos homens, saindo ileso do conflito o homem que oferecesse maior mercê à Majestade Divina.¹⁴ Esse combate tornava-se concreto, basicamente através das ações dos homens que, por opções

Fotos: Meymardo R. Carvalho



Cruzes enfeitadas com papel sobre portas de casa em Tiradentes, MG

próprias vinculavam-se a uma ou outra potência, sobressaindo, cotidianamente, a aproximação com o diabo, devido a natureza humana se encontrar manchada e encardida pelo pecado original. Daí a necessidade de desdobrar-se em prol da honra divina e da própria salvação, finalidade primeira de todos os rituais, cultos e devoções do homem colonial; ações que o acompanhavam desde o nascimento até a hora da morte e prosseguiram após o momento derradeiro, através do sufrágio pelos mortos que, de certa maneira, davam sentido às suas próprias vidas.

Devoção à cruz em Minas Gerais

A formação da Província de Minas Gerais está diretamente vinculada à descoberta dos veios auríferos no final do século XVIII¹⁵ e à gestão empreendida pelo Estado português na tentativa de implementar sua presença de forma absoluta naqueles confins da colônia.

Intento intrínseco à cultura mercantilista portuguesa, o sonho pela riqueza fácil arrastou um número enorme de todo tipo de gentes àquela região do eldorado no início do século XVIII, inclusive um clero não comprometido com as diretrizes religiosas tridentinas, mas que se deixava envolver pelas paixões seculares.¹⁶ Por outro lado, é o mesmo Estado absolutista que, em aliança com a Igreja Católica através do padroado, conseguia junto a Roma, em 1745, a

fundação de mais um bispado na colônia, abrindo espaço, numa região estratégica à metrópole, aos "olhos e ouvidos" diretamente ligados ao rei de Portugal e à Majestade Divina.¹⁷ Assim, a Arquidiocese de Mariana foi criada por Bento XIV (Bula *Candor lucis aeternae* de 6 de dezembro de 1745) e efetivamente instalada a 27 de fevereiro de 1748. No entanto, a partir da falha desses espíões régios, surge imenso número de resistências da população mineira ao enquadramento aos padrões metropolitanos, especialmente demonstrados através da religiosidade.¹⁸

Pela própria fluidez da exploração aurífera, aqueles homens desenvolveram o culto à religião a partir de uma visão própria que, à mercê das dificuldades, necessitavam onde quer que se encontrassem, para suas auto-afirmações, vincularem-se à Majestade Divina. A devoção religiosa então, construiu-se a partir de experiências pessoais e de grupos e fundiu em si traços católicos, negros, indígenas e judeus, propiciando um produto *sui generis* que passa pela ambigüidade, pelo hibridismo¹⁹ e ainda, por outras maneiras multifacetadas de devoção que, de modo geral, constituíram uma constante na promoção de choques entre a religião de Trento e a nativa colonial.²⁰

Dentro desse ideário, o culto aos santos instituiu-se como uma constante na religiosidade daquele tempo e

fortaleceu-se a partir da formação de inúmeras irmandades e ordens terceiras mineiras²¹ promovendo publicamente a devoção a um santo por um grupo leigo e afim. Importa ressaltar porém que, mesmo quando se rezava a um santo qualquer, o sinal da cruz era a chave de abertura e de fechamento do diálogo com o sagrado. Além disso, a mobilidade adquirida por esse objeto/símbolo no ideário cristão, fortalecido pela diversidade colonial, também o colocava entre os próprios santos, o que fortalecia a devoção à cruz por parte do povo.²² Portanto, se para o catolicismo renovado a cruz era expressão da religião oficial do Império, marco de conquista e indicativo de local de culto, na devoção popular essas considerações foram enriquecidas e ela funcionou também como marco de local de sepultura, de culto às almas, amuleto contra as hostes demoníacas entre outros males e, acima de tudo, representação da presença divina entre os homens.²³ No entanto, maniqueísticamente,²⁴ o reino do inimigo também era uma constante na vida dos homens e as menores fraquezas e descuidos destes eram o bastante para que ele se manifestasse. Daí o desenvolvimento de várias práticas religiosas que levavam ao bom combate entre Deus e o Diabo, através das ações humanas.

Seguindo esse ideário de disputas, no século XVIII mineiro era comum colocar cruzes nas pontes e cruzeiros nos pontos

mais altos das cidades. Normalmente, o cruzeiro era decorado com símbolos do martírio de Cristo. Com isso, acreditava-se que se espantavam os maus espíritos e assombrações que teimavam em insuflar brigas e confusões nas áreas de garimpo.²⁵ A Santa Cruz ainda os defendia contra os perigos das doenças, dos conflitos familiares e dos malfeitores. Fazendo jus ao status adquirido no devocionário católico tradicional tão caracterizado pela exterioridade de culto e promoção de festas,²⁶ comemorava-se a 03 de maio o dia de Santa Cruz. Por essa ocasião, todos os devotos enfeitavam suas cruzes com papéis coloridos, fitas e flores. Estas cruzes ficavam em porteiras, currais, galinheiros, nas portas das casas, na beira das estradas, nas pontes.²⁷ Segundo tradição oral mineira, Nossa Senhora passava beijando cada uma das cruzes enfeitadas, dispensando, a partir daí, as graças desejadas por aquele grupo devoto.²⁸ Outro costume corrente naquele tempo era rezar a ladainha de Santa Cruz utilizando mil grãos de milho,²⁹ passando-os um a um, de mão em mão ao redor de uma grande mesa dizendo: Jesus, Maria, José, minha alma Vossa é. Ali rezavam a seguinte ladainha:

*Arreda e afasta Satanás,
Porque essas almas não são suas.
Ao dia de Santa Cruz
Direi mil vezes Jesus*

Mas, se a exacerbação pelo culto levou o mineiro a uma grande proximidade dos objetos religiosos, a ausência do clericalismo idealizado pelo Concílio de Trento,³⁰ possibilitou reinterpretar e percepções próprias às necessidades dos indivíduos e grupos em toda a colônia, permitindo, a partir daí, a utilização recorrente das coisas sacras para fins não tão elevados, como em caso de curas por palavras de quebranto, crisipela, mau-olhado e bicheiras, mas justificáveis de acordo com o contexto e o ideário colonial. Desse modo,

benzia o corpo todo do paciente com os dedos index e polegar, ou então com a cruz de seu rosário; enquanto fazia as cruzes, dizia: Fulano, com dois to deram, com três to tirem. Em nome de Deus e da Virgem Maria". A seguir, rezava um padre-nosso, uma ave-maria e um glória patri à sagrada paixão e morte de Jesus.³¹

A utilização da cruz também servia para conseguir amores ou companheiros responsáveis numa sociedade patriarcalizada ou, simplesmente, satisfazer desejos sexuais, como no exemplo: "Fulano, juro-te por esta cruz que teu sangue será embebido, que não poderás comer, nem beber, nem sossegar sem que tu venhas falar comigo. Acompanhavam a oração cruzeiras feitas no solo com o pé esquerdo".³² Até mesmo era costume solicitar ajuda demoníaca para os mais variados cometimentos como foi o caso de "Rosa, crioula de Congonhas do Campo, que costumava ir à meia-noite dançar com o demônio ao pé de uma cruz"³³ ou "Paulo Gil, pardo forro que vivia nas imediações da Vila do Príncipe, e a quem reputavam-no feiticeiro e pactuante com o diabo", "Cujos feitiços só eram combatidos mediante os exorcismos da Igreja".³⁴

Assim, a história político-religiosa do Brasil Colônia confunde-se com as utilizações da Santa Cruz, que sintetizou vários significados em um mesmo objeto/símbolo.³⁵ Significados estes que se manifestaram através de duas vertentes multifacetadas, ou seja, o poderio metropolitano através do padroado e a compreensão cotidiana do homem colonial. Foram essas naturezas paradoxais que se tornaram as principais responsáveis pela disseminação de cruzeiras por todos os cantos das Minas Gerais e, ao buscarem respectivamente controlar e liberar; direcionar e espargir; padronizar e diversificar o sentimento do povo, acima de tudo, permitiram a formação de uma sociedade que, sendo em sua maioria católica, também era, dicotomicamente, tão híbrida, logo, tão brasileira.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. NEVES, Luiz Felipe Bacta. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 25-31.
2. DOMINGUES, Beatriz Helena. O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano. **Revista da ANPOCS**. São Paulo, n.º 20, 195-216, novembro, 1997.
3. BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 36. Ver também: BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade**

Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 252.

4. BOXER, Charles R. **A Igreja e a expansão ibérica (1440-1470)**. Lisboa: Edições 70, 1976. p. 98 e 100 respectivamente: "aliança entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fê e o império"; "A Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da respectiva coroa, salvo nos assuntos referentes ao dogma e a doutrina".

5. BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 227.

6. Idem, p. 229.

7. CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 2ª Ed. - (1ª reimpressão) - Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993. p. 309

8. Idem, ibidem, p. 309.

9. Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel. Citado por **Revista Veja**. São Paulo, fascículo especial, 36-39, julho, 2000.

10. ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 34.

11. SALVADOR, Vicente (Frei). **História do Brasil - 1500-1627**. São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 57. Esse é apenas um dos vários documentos semelhantes que

Foto: Mevanildo R. Carvalho



Capela com Passo da Paixão de Cristo, Tiradentes, Minas Gerais

Foto: Meynardo R. Carvalho



Cruz no frontão Igreja do Rosário, Ouro Preto, MG

exemplificam esse imaginário. Grifos meus.

12. DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**. Uma cidade sitiada. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 239 a 344. Ver também: GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz (1576)**. Rio de Janeiro. Ed. Anuário do Brasil s.d. Apud. CHAIN, Izá. **O diabo nos porões das caravelas**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2003. p. 89

13. MARAVALL, José Antonio. **A cultura do barroco**. São Paulo: Ed. da USP, 1997. pp. 42-61. Assim, o barroco a que se toma por referência neste trabalho é um conceito histórico, promovido por uma situação também histórica e amplamente vinculada ao absolutismo monárquico. Daí, a nomeação de barrocas às várias manifestações produzidas dentro deste contexto específico e integradas a essa mesma cultura.

14. MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando A., SOUZA, Laura de Mello e. **História da Vida Privada no Brasil; cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 174.

15. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**. A pobreza mineira no século XVIII. p. 24.

16. ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 167.

17. TRINDADE, Raimundo, Côn. **Instituições de igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro, MÊS/SPHAN,

1945. Tomo como "olhos e ouvidos" as ações implementadas pela Igreja, tais como: visitas pastorais, devassas entre outros mecanismos de coerção. Documentos que hoje se encontram sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e que serviram de base para a elaboração desse texto.

18. FIGUEIREDO, Luciano R. Almeida. **Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVII**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.78

19. Utilizo hibridismo para determinar a formação cultural múltipla e heterogênea gerada pelo contexto colonial. Sobre o referido termo, em debate e exemplificação mais detalhada vide: VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

20. SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 97 e 374.

21. BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 14 e 19.

22. VAINFAS, Ronaldo, SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 37. Sobre valorização dos santos por Trento vide também: KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**. Representação religiosa no Brasil e no México do séc. XVI. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. p. 58.

23 Um excelente texto para se pensar o conceito de representação, de como o indivíduo se insere no grupo social

através de ações, objetos etc. é o já clássico: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1997.

24. Há um debate sobre a utilização do termo à qual não me filio em: NEVES, L. F. Bacta. Op. cit., p. 39.

25. Tradições de Minas p/ Márcio Vinicius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

26. BOSCHI, Caio César. op. cit., p. 37.

27. Tradições de Minas p/ Márcio Vinicius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

28. Informações obtidas em entrevistas a moradores de Tiradentes em julho de 2002, por ocasião de pesquisa de campo realizada pelos alunos do Colégio de Aplicação João XXIII sobre o Barroco Mineiro, à qual participei como monitor de História da Arte.

29. Tradições de Minas p/ Márcio Vinicius Horta. Disponível em : www.descubraminas.com.br Acesso em 05 set. 2003.

30. BOSCHI, Caio C. op. cit. p. 64 e 65.

31. Livro de Visitação do Santo Ofício da Inquisição do Estado do Grão-Pará, p. 152. Apud Laura de Mello e Souza, **O diabo e a terra...** p. 179.

32. Idem, p. 231.

33. Respectivamente: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Devassas – janeiro de 1767-1777, fl. 67v. e maio-dezembro 1753, fl. 58v. Apud. Laura de Mello e Souza. Op. cit., p. 250.

34. Idem, – 1756-1757, fls. 50, 50v, 51, 51v e 52. Apud. Laura de Mello e Souza. Op. cit. p. 254 e 255.

35. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 102. "Os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica não apenas para sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, dêem precisão a seu sentimento, uma definição às suas emoções que lhes permita suportá-lo, soturna ou alegremente, implacável ou cavalheirescamente."



* Meynardo Rocha de Carvalho é mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RECUPERAÇÃO DE BENS CULTURAIS DESAPARECIDOS IEPHA/MG-SEC

As ações de recuperação de imagens e objetos de arte sacra em Minas Gerais, além de buscar a identificação e resgate de acervos subtraídos de capelas e igrejas, constituem também uma forma de mobilização social para salvaguarda do patrimônio cultural e inibição do comércio ilícito de bens culturais. Também objetivam chamar a atenção de colecionadores para que, ao adquirir peças sacras, verifiquem rigorosamente sua trajetória histórica.

Nesse processo, a devolução das obras às comunidades é compromisso baseado na consideração, não só de seu valor histórico e artístico, mas do significado devocional, testemunho da religiosidade do povo mineiro, ainda, por muitos, reconhecido como proteção frente às adversidades do cotidiano.

As iniciativas sintonizam com o movimento internacional de combate ao tráfico ilícito de bens culturais. Em Minas, trabalhos vêm sendo desenvolvidos desde os anos 1980 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico-IEPHA/MG e 13ª Superintendência Regional do IPHAN-MG, tendo sido recuperadas cerca de 70 peças.

Apartir de 2003, as ações tomaram vulto por meio de campanha coordenada pela Secretaria de Estado da Cultura, em ação conjunta, além dos órgãos citados, com a Secretaria de Estado da Defesa Social, Ministério Público Estadual, Polícias Federal e Estadual, Interpol-MG e Corpo de Bombeiros. Destaca-se a importante participação e o apoio da imprensa na veiculação de imagens e fatos pos-sibilitando sua ampla divulgação em todo o Estado.

Nesse período foram apre-endidas mais de duas centenas de peças, a maioria em São Paulo e no Rio de Janeiro, especialmente por meio de ações da Superintendência de Polícia Federal/MG. Restam ainda muitas imagens e objetos a identificar e, aqui, importa ressaltar as frequentes dificuldades na identificação de obras, resultantes da ação de profissionais inescrupulosos que, após os furtos, realizam intervenções nas esculturas para dificultar o re-

conhecimento e facilitar sua comercialização.

Exemplo é a imagem de São Miguel de Bonfim, da qual foram removidos asas, penacho e base, além de modificada a policromia mediante douramento integral. (Parece ter se tornado comum, hoje, transformar São Miguel em soldado romano. Desconfie.) Mais grave é o caso de uma antiga imagem de Santo Antônio que teve re-elaborada a grafia do entalhe para se transformar em obra do Aleijadinho.

Por outro lado, a devolução espontânea de imagens por seus atuais detentores é um dos resultados extraordinários da campanha. Até o momento foram registrados 10 casos, via correio ou depósito em espaço religioso. Entre eles estão os das imagens de São José de Botas e de Nossa Senhora das Dores, pertencentes à Capela de Nossa Senhora da Soledade, em Lobo Leite/Congonhas, e de São Vicente Ferrer, do Museu de Campanha, colocada em corredor de igreja em São Paulo.

Na contramão dessa história está o caso da imagem de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da capela de Sumidouro, em Pedro Leopoldo, tombada pelo Estado, e roubada em 1981. Identificada na coleção de Renato de Almeida Whitaker em 2003, até o momento não pode retornar ao seu trono na capela. Apesar de todos os esforços do IEPHA e do Ministério Público para cumprimento das sentenças do Poder Judiciário de Minas Gerais que determinam a entrega da peça, o colecionador se nega a fazê-lo, uma vez que obteve a guarda da imagem em São Paulo, por decisão da justiça paulista.

Prevê-se o fortalecimento das ações de proteção preventiva, por meio do programa *Minas para sempre*, com implantação e monitoramento de sistemas de segurança anti-furtos e incêndios.

A ampliação da participação da sociedade é fundamental e pode ser feita diretamente aos órgãos ou através dos sites:

IEPHA/MG: www.iepha.mg.gov.br

Secretaria de Estado da Cultura:
www.cultura.mg.gov.br

IPHAN: www.iphan.gov.br

Telefone: 0800 30 50 00

EDITAL DE ELEIÇÕES

No dia 29 de outubro termina o mandato da atual diretoria do Ceib. Nesse dia, de 10 às 13 horas, na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, será realizada a eleição para a nova diretoria, durante as comemorações do décimo aniversário do Ceib.

As chapas poderão ser apresentadas até o dia 22 de setembro às 18 horas.

Só poderão ser candidatos os sócios Titulares, devendo votar todos os associados - Titulares, Estudantes e Colaboradores - que estiverem em dia com anuidade.

Os votos poderão ser enviados também por correio.

CEIB

Presidente de Honra:

Myriam A. Ribeiro de Oliveira

Presidente:

Beatriz Coelho

Vice-Presidente:

Marco Elizio de Paiva

1ª Secretária:

Ieda Faria Hadad Viana

2ª Secretária:

Elayne Granado Lara

1º Tesoureiro:

Mário Anacleto Sousa Júnior

2º Tesoureira:

Carolina Maria Proença Nardi

Estagiária:

Andrea Lanna Almeida

ENDEREÇO

Escola de Belas Artes da UFMG

Bloco D, 2º andar

Av. Antônio Carlos, 6.627

31.270-010 Belo Horizonte, MG

ceib@ceib.org.br

www.ceib.org.br

Telefax: (31) 3499-5290

BOLETIM

ISSN: 1806-2237

Projeto gráfico, arte e editoração

Beatriz Coelho e Helena David

Tiragem 500 exemplares

Periodicidade: quadrimestral

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do BOLETIM DO CEIB.

É permitida a reprodução de fotos ou artigos desde que citada a fonte.